



Bastonário subscreve "extinção" do tribunal de instrução

Menezes Leitão
diz estar a assistir-se
à "personalização"
da Justiça portuguesa.

Luís Menezes Leitão, bastonário da Ordem dos Advogados, subscreve as declarações de António Piçarra, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que defendeu em entrevista à *Lusa* a extinção do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), considerando "insustentável" e "incompreensível" que uma decisão instrutória demore dois ou três anos a ser proferida e que os processos se arrastem no tempo – exatamente como aconteceu na Operação Marquês.

O bastonário vai ainda mais longe. Ao *i*, Menezes Leitão considerou que o TCIC, da forma como atualmente funciona –

apenas com dois juizes (Carlos Alexandre e Ivo Rosa) –, está "condenado". Mais: considera que o facto de os principais casos da Justiça portuguesa estarem entregues a apenas dois juizes leva a uma "personalização" das decisões, o que é "altamente indesejável". "Os principais casos da Justiça portuguesa, os chamados megaprocessos, que são tratados exclusivamente no TCIC, podem perfeitamente passar a ser distribuídos pelos outros juizes de instrução que existem em Portugal", argumentou ao *i*.

Contrariando, porém, esta ideia de Menezes Leitão, o Governo anunciou a intenção de aumentar o quadro de magistrados no TCIC (para quatro), segundo a Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, publicada na passada terça-feira em *Diário da República*.

